

**TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.839 - RJ
(2018/0235908-9)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : BIANCA DO NASCIMENTO MENEZES
ADVOGADO : EDNEY ALVES DE CARVALHO - RJ157604
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : RAFAEL PEREIRA NOBRE
INTERES. : MICHELLE AZEREDO DA SILVA
ADVOGADOS : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) - DF012330
LARYSSA BRITO MOREIRA - DF043787
INTERES. : REINALDO LIMA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela provisória formulado em benefício de **Bianca do Nascimento Menezes**.

Requer a defesa, em suma, a suspensão da execução provisória da pena determinada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tendo em vista o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54.

Menciona que a ora requerente, denunciada pela suposta prática das condutas tipificadas nos arts. 33, 35 e 40, I e V, todos da Lei n. 11.343/2006, bem como no art. 273, *caput* e §1º-B, do Código Penal, no art. 1º, VII-B, da Lei n. 8.072/1990, no art. 288 do Código Penal, c/c o art. 8º da Lei n. 8.072/1990 e no art. 334, *caput* e §1º, c, c/c o § 2º, do Código Penal, foi condenada pelo Julgador monocrático (fl. 10.378).

Registra que foi interposta apelação, a qual foi parcialmente provida pelo Tribunal Regional, fixando as penas de 13 anos e 6 meses de reclusão, *no regime fechado, muito acima do mínimo estabelecido na norma penal* (fl. 10.379). Oferecido recurso especial, o Tribunal Regional negou-lhe seguimento, tendo a defesa apresentado agravo, *que se encontra aguardando julgamento por esse Superior Tribunal de Justiça*.

Alega que *o Desembargador Federal, Relator Abel Gomes, determinou, em 06 de dezembro de 2017, o prosseguimento da execução provisória das penas, ainda*

em cumprimento à determinação de e-STJ fls. 5358/5361, o que já foi determinado pelo MM. Juízo da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do proc. de nº 807483-30.2010.4.02.5101, em afronta à recente decisão do STF (fl. 10.379).

Assinala que a requerente é mãe de duas meninas, as quais necessitam dos cuidados únicos e exclusivos da mãe (fl. 10.380), e que a determinação da instância ordinária, de prosseguir com a execução provisória das penas, sem o trânsito em julgado, retrata hipótese de flagrante constrangimento ilegal, tendo em vista não só ter sido assegurado à requerente, na sentença, o direito de recorrer em liberdade, mas também diante da mais recente orientação jurisprudencial do STF (fls. 10.381/10.382).

Pugna, ao final, em sede de liminar, pela *suspensão imediata do decreto prisional expedido em desfavor da Requerente BIANCA DO NASCIMENTO MENEZES*, de modo *a possibilitar aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação* (fl. 10.382).

É o relatório.

A concessão de efeito suspensivo a recurso especial exige a presença, concomitante, de elementos que evidenciem a **probabilidade de êxito do recurso interposto** (*fumus boni juris*), e da **demonstração de risco de dano irreparável** ou de difícil reparação decorrente de eventual demora na solução da causa (*periculum in mora*).

In casu, verifico de plano que a requerente pretende o recolhimento do mandado de prisão expedido pelo Tribunal Regional até o julgamento do presente agravo em recurso especial, tendo em vista o julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa ocasião, o Pretório Excelso decidiu pela constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, dispositivo esse que admite a prisão em flagrante, ou por ordem escrita e fundamentada, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso do processo ou investigação, em virtude de prisão provisória ou temporária, considerando, ainda, inconstitucional e ilegal a execução provisória da pena pelo mero esgotamento da jurisdição ordinária.

Superior Tribunal de Justiça

Em síntese, com o julgamento das mencionadas ações diretas, o Supremo retoma posição firmada no HC n. 84.078, no qual assentou que toda prisão antes do trânsito em julgado tem natureza cautelar.

Na espécie, em um juízo perfunctório, verifica-se que o Juízo singular, além de revogar as medidas cautelares aplicadas, assegurou à requerente o direito de recorrer em liberdade (fl. 4.218) e, embora tenha o Tribunal Regional corroborado, no mérito, a sentença condenatória, não houve subsequente decretação de prisão cautelar, encontrando-se o feito na pendência de agravo em recurso especial (fls. 10.158/10.176).

Evidenciados, pois, o risco de execução provisória de pena não transitada em julgado e a ilegalidade na expedição de mandado de prisão, devendo o pleito ser deferido.

Ante o exposto, **defiro** o pedido formulado, a fim de garantir à requerente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do Código de Processo Penal.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal Regional Federal e ao Juízo *a quo*, juntando ao ofício cópia desta decisão.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator